

CNPJ: 13.880.711/0001-40

Travessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 125/2022
PREGÃO PRESENCIAL N°. 020/2022
CONTRATO N°. 226/2022

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO Nº. 01

P.M. SANTA RITA DE CÁSSIA CADASTRADO NO SIGA DATA:

NOME:



CNPJ: 13.880.711/0001-40

Travessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

Santa Rita de Cássia – BA, 20 de dezembro de 2022.

De ANTÔNIO AUGUSTO ARAGÃO JÚNIOR Secretário Municipal de Administração

Para: JOSÉ BENEDITO ROCHA ARAGÃO

Prefeito Municipal

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 125/2022— PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2022— CONTRATO Nº. 226/2022 — TERRACONSTRU EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 03.501.524/0001-54. A contratação de Empresa especializada na locação de veículos e pesados a serem utilizados para atender as demandas das diversas secretarias deste Município. - RORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E REPOSIÇÃO DO SALDO.

Senhor Prefeito,

1. Considerando que

- a) As diversas secretarias deste Município continuam necessitando da locação de veículos e pesados a serem utilizados para atender suas demandas, pela empresa TERRACONSTRU EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 03.501.524/0001-54.
- b) Considerando que o serviço é de suma importância a serem prestados as Secretarias deste Município em suas atividades, para manutenção das Atividades diárias e essenciais desempenhadas pelas secretarias.
- c) Considerando que a Lei 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses em que consta no artigo 57.

"Art.57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, excetos quanto aos relativos:

(...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)."

d) Os preços contratados serão mantidos, sem qualquer reajuste:

Pagina I de 2



CNPJ: 13.880.711/0001-40

Travessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

- e) o contratado, atendendo nossa solicitação, se manifestou favoravelmente à prorrogação da vigência do contrato, nas mesmas condições contratuais, inclusive quanto aos preços;
- f) o contratado vem cumprindo plenamente com o objeto contratado, atendendo satisfatoriamente as demandas para as quais foi contratado;
- g) o seu trabalho é essencial para conclusão satisfatória das demandas de recursos administrativos e acompanhamentos das demandas judiciais, uma vez que já foi demonstrado sua eficiência e confiabilidade nos serviços prestados;
- 2. Solicitamos autorizar estudos junto à Comissão de Licitação e Assessoria Jurídica objetivando a prorrogar o contrato de 31 de dezembro 2022 para 31 maio de 2023.
- 3. Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição de Vossa Excelência para informações adicionais acerca do assunto aqui tratado.

Anexos:

- a) cópia do contrato nº 226/2022;
- b) cópia de aditivo nº 01;
- c) cópia do oficio de anuência do contratado;

Atenciosamente,

ANTONIO AUGUSTO ARAGAO JUNIO Secretário Municipal de Administração

Página 2 de 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CASSIA GABINETE DO PREFEITO

CNPJ: 13.880.711/0001-40

evessa Professora Halena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 226/2022 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 125/2022 PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2022

Compromisso celebrado entre o MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CÁSSIA, pessoa jurídica de direito público, com sede à na Travessa Professora Helena, s/n, Centro, Santa Rita de Cássia, Estado do Bahía, CEP: 47.150-000, inscrita no CNPJ N.º 13.880.711/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. José Benedito Rocha Aragão, brasileiro, casado, portador CRO 2652 – BA e do CPF nº. 207.067.153-49 residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa TERRACONSTRU EIRELLI pessoa jurídica de direito privado CNPJ Nº 03.501.524/0001-54, estabelecida na Avenida Antônio Carlos Magalhães, 670, Bairro Jardim Ouro Branco, na cidade de Barreiras (BA), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 03.501.524/0001-54 neste ato representado pelo Sr. Diego José Ribas Moreno, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Marechal Hermes, nº. 419, centro, na cidade de Barreiras – BA, portador da Cédula de Identidade 934098425 SSP-BA e CPF 015.849.775-90, doravante denominada CONTRATADA, para cumprimento do objeto abaixo descrito:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente licitação, através de Pregão Presencial, A contratação de Empresa especializada na locação de veículos e pesados a serem utilizados para atender as demandas das diversas secretarias deste Município, originária do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial Nº 020/2022 e Processo Administrativo Nº 125/2022, conforme abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS NORMAS DE REGÊNCIA DO CONTRATO

- 2.1 O presente CONTRATO rege-se pelas seguintes normas:
- 1) Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.883, de 8 de junho de 1994 e nº 9.648, de 27 de maio de 1998 e demais disposições legais reguladoras de licitações da Administração Pública Federal;
- 11) Lei n°10.520, de 17 de julho de 2002:
- 111) Decreto nº3.555, de 8 de agosto de 2000;
- IV) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A presente contratação é efetuada em conformidade com o resultado da licitação promovida pelo Pregão Presencial nº 020/2022, em que à CONTRATADA foi adjudicado o objeto da licitação.

CLÁUSULA QUARTA - DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO

- 4.1. Constituem parte integrante deste Contrato os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:
- 1) Edital do Pregão Presencial nº 020/2022;
- II) Termo de Referência:
- III) Proposta de preços e documentos apresentados pela CONTRATADA na licitação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 O valor total para o presente ajuste é de R\$ 1.187,000,00 (um milhão cento e oitenta e sete mil reais), de acordo com os valores constantes na Proposta de Preços, apresentada pela CONTRATADA no Pregão Presencial nº 020/2022, entendido este como preço justo e suficiente para a execução do presente objeto, conforme quantitativo e descritivo abaixo:







PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CASSIA GABINETE DO PREFEITO

CNPJ: 13.880.711/0001-40

avessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

LOTE 03

ltem	Especificação	unid	Quant.	Valor unit. por veículo/ mês	Valor total/ mês
1	Pipa com capacidade 10.000lts conjunto Motor bomba, 10mts de mangueira, diâmentro 1"1/2 com recolhimento manual, veículo em perfeito estado, com motorista e manutenção por conta da contratada. E combustível por conta da contratante.	unid	4	R\$ 15.800,00	R\$ 63.200,00
2	Pipa com capacidade 15.000lts conjunto Motor bomba, 10mts de mangueira, diâmentro 1"1/2 com recolhimento manual, veículo em perfeito estado, com motorista e manutenção por conta da contratada. E combustível por conta da contratante.	unid	4	R\$ 16.700,00	R\$ 66.800,00
3	Caçamba Toco basculante capacidade de 6m³. Em bom estado de conservação e perfeitas condições de uso. Com motorista e manutenção por conta da contratada. E combustível por conta da contratante.	unid	4	R\$ 18.600,00	R\$ 74.400,00
04	Caçamba Truck basculante capacidade de 12m³. Em bom estado de conservação e perfeitas condições de uso. Com motorista e manutenção por conta da contratada. E combustível por conta da contratante.	unid	2	R\$ 16.500,00	R\$ 33.000,00

5.2. No preço acima proposto estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas para execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, taxa de administração, previsão de lucro, frete, seguro, combustível, EPI's, transporte dos equipamentos, instalação, montagem e desmontagem, bem como as despesas com alimentação, transporte e hospedagem dos funcionários, entre outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado, não cabendo quaisquer reclamações posteriores, constituindose, portanto, na única remuneração devida pelo CONTRATANTE para execução completa do objeto.

5.3. Os preços dispostos no presente Termo, somente poderão ser REVISADOS observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLAUSULA SEXTA - DO RECURSO FINANCEIRO

6.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta dos recursos financeiros alocados na seguinte dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária: 02.03.000 - Secretaria de Mun. De Administração

Projeto de Atividade: 2004 Gestão das Ações da Secretaria Municipal de Administração Unidade Orçamentária: 02.60.000 – Secretaria de Mun. De meio Ambiente e Turismo

Valor total para 05 meses: R\$ 1.187.000,00 (Um milhão cento e oitenta e sete mil reais)

Projeto de Atividade: 2048 - Gestão das Ações da Secretaria de Mun. De Meio Ambiente e Turismo

Unidade Orçamentária: 02.90.000 - Secretaria de Mun. De Agricultura e Desenvolvimento Rural

Projeto de Atividade: 2050 - Gestão das Ações da Secretaria de Mun. De Agricultura e Desenvolvimento

Rural

eyo



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CASSIA GABINETE DO PREFEITO

CNPJ: 13.880.711/0001-40

avessa Professora Helena, S/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47,15000.

Unidade Orçamentária: 02.10.000 - Secretaria de Mun. De Obras, Infraest. E Des. Urbano

Projeto de Atividade: 2041 - Gestão das Ações da Secretaria de Mun. De Obras, Infraest. E Des. Urbano

Unidade Orçamentária: 02.07.001 - Fundo Municipal de Mun. De Saúde

Projeto de Atividade: 2022 - Manutenção das Ações o Fundo Municipal de Saúde 15%

Projeto de Atividade: 2025 - Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde

Projeto de Atividade: 2027 – Manutenção das Ações de Atenção Básica/Atenção Primária Projeto de Atividade: 2073 – Manutenção das Ações Gestão das Ações do MAC – Média e Alta

Complexidade

Unidade Orçamentária: 02.05.001 - Fundo de Mun, De Assistência Social

Projeto de Atividade: 2033 – Gestão do Fundo de Assistência a Criança e ao Adolescente Projeto de Atividade: 2036 – Gestão das Ações o Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto de Atividade: 2037 - Gestão dos Rec. do Bloco da Proteção Social Especial de Média Complexidade

Projeto de Atividade: 2039 – Gestão dos Rec. Do Bloco da Proteção Social Básica Projeto de Atividade: 2040 – Gestão dos Rec. Do Bloco da Gestão do SUAS

Projeto de Atividade: 2049 - Gestão dos Rec. Do Bloco da Gestão do Prog. Bolsa Família e do Cadastro

Único

Projeto de Atividade: 2063 – Gestão dos Recursos dos Programas do FNAS e FEAS

Projeto de Atividade: 2104 - Programa 1ª Infância / Criança Feliz

Unidade Orçamentária: 02.15.000 - Fundo Municipal de Meio Ambiente

Projeto de Atividade: 2102 Gestão das Ações o Fundo Municipal de Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 02.06.002 - Fundo de Mun. De Educação Projeto de Atividade: 2008 - Gestão das Ações do Ensino Infantil Projeto de Atividade: 2009 - Gestão das Ações do Ensino Fundamental Elemento de despesa: 3.3.90-00 - Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte: 0 - Recursos Ordinários

Fonte: 2- Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Saúde 15% Fonte: 14- Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS

Fonte: 28- Fundo Estadual de Assistencia Social - FEAS

Fonte: 29- Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS

Fonte: 19- Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de Educação Básica - 40%)

Fonte: 1- Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Educação 25% Fonte: 4- Contribuição ao Programa Ensino Fundamental Salário Educação

Fonte: 42- Royalties/Fundo Especial do Petrólco/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos

Minerais

Fonte: 16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da protocolização da Nota Fiscal com o devido ateste da execução do objeto.

7.2 A Nota Fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta veneedora da licitação e deverá vir acompanhada das Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista.

7.3 A contagem do prazo para pagamento, estando o objeto devidamente executado e toda a documentação completa e de acordo com as cláusulas deste Termo, iniciará somente quando da abertura do expediente de pagamento no órgão que emitiu a nota de empenho ou o contrato.

7.4. O pagamento devido ao contratado será efetuado através de transferência bancária, após a entrega do bem, devidamente atestado o cumprimento da obrigação do objeto da licitação, no prazo máximo de 10 (dez)









CNPJ: 13.880.711/0001-40

avessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

dias úteis, após a apresentação da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) conferida(s) e aprovada(s) pelo setor de figuidação do Município.

7.5. A nota fiscal/fatura não aprovada pelo CONTRATANTE, será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, contando-se os prazos acima estabelecidos a partir da data de sua reapresentação para efeito de pagamento.

7.6. A devolução da fatura não aprovada pelo CONTRATANTE, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda o serviço do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO.

1) DO REAJUSTE

Não haverá reajuste de preços durante a vigência do instrumento contratual, bem como dos eventuais aditivos firmados.

2) DA REPACTUAÇÃO DE PRECOS

Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação. Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissidio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente. A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento dos custos e em casos de contratação de terceirização.

3) DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Poderá haver reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do principe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual (art. 65, inc. II, alínea d).

Nesse caso, a CONTRATADA deverá demonstrar analiticamente a variação dos componentes dos custos do Contrato, devidamente justificada, onde tal demonstração será analisada pela Prefeitura para verificação de sua viabilidade e/ou necessidade.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO

O prazo para execução e vigência dos serviços serão até 31 de dezembro de 2022 a partir da data da sua assinatura.

Parágrafo 1º. Findo o prazo indicado acima, o CONTRATO poderá ser renovado por novos e sucessivos iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, observado o disposto no parágrafo 2º.

Parágrafo 2º. As renovações sucessivas do CONTRATO ficarão sujeitas ao interesse da Prefeitura quanto a manutenção do objeto e de os preços praticados, com os reajustes legais, estarem de acordo com as práticas de mercado.

Parágrafo 3". A prorrogação a critério do CONTRATANTE, mediante Termo Aditivo, de acordo com os Art 57. seus incisos e parágrafos e 65 seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

10.1. A fiscalização do Termo de Contrato será exercida pelo fiscal Sr. Evemar Reinado Aragão designada pela secretaria solicitante, através da PORTARIA 179/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. Este instrumento contratual poderá ser rescindido de pleno direito pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

Just Diver



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CASSIA GABINETE DO PREFEITO

CNPJ: 13.880.711/0001-40

avessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

Parágrafo único. A inobservância por parte do CONTRATADO de todos os termos e condições deste CONTRATO não constituirá novação e nem ensejará renúncia ao direito de exigi-los a qualquer tempo por parte do CONTRATANTE.

- 10.2 A inexecução, total ou parcial, do presente Contrato enseja sua rescisão, com as consequentes penalidades contratuais e legais.
- 10.3. O CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato nas hipóteses previstas no Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, scm a obrigação de indenizar a CONTRATADA, desde que não cause prejuízo a mesma.
- 10.3.1. Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI do Art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 não cabe à CONTRATADA direito a qualquer indenização.
- 10.4. O inadimplemento das obrigações previstas no presente Contrato, ou a ocorrência de quaisquer das situações descritas no Art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, será comunicado pela parte prejudicada à outra, mediante notificação por escrito.
- 10.5. A rescisão deste contrato implicará a retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 12.1 O objeto executado e estando de acordo com o previsto no Edital de Licitação, na Proposta de Preços e nas cláusulas contratuais, e ainda, observada a Legislação em vigor, será recebido pelo CONTRATANTE mediante atestado do responsável, anotando nome e matrícula:
- 12.1.1 provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
- 12.1.2 definitivamente, após verificação da qualidade do serviço e consequente aceitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

13.1. DA CONTRATANTE

- 13.1.1. Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência.
- 13.1.2. Efetuar o pagamento ao licitante vencedor, quando da sua contratação, de acordo com o preço, os prazos e as condições estipuladas neste Edital.
- 13.1.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual, bem como o pagamento das taxas e impostos, empregados e demais despesas necessárias ao bom andamento dos serviços;
- 13.1.4. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;
- 13.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, por intermédio da fiscalização, o serviço de objeto que estejam em desacordo com o firmado, podendo exigir, a qualquer tempo, a substituição dos que julgar insuficientes ou inadequados;
- 13.1.6. Aplicar a Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais depois de constatadas as irregularidades, garantido o contraditório e ampla defesa;
- 13.1.7. Fornecer à contratada todas as informações, esclarecimentos, documentos e demais condições necessárias à execução do contrato.
- 13.1.8. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 13.1.9. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 13.1.20. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CASSIA GABINETE DO PREFEITO

CNPJ: 13.880.711/0001-40

avessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

13.1.21. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.2. DA CONTRATADA

- 13.2.1. A Contratada obriga-se a fornecer o objeto, conforme descritos no Termo de Referência.
- 13.2.2. Além dos encargos de ordem legal e os demais assumidos em outras cláusulas e documentos integrantes deste Termo de Referência e sem alteração dos preços estipulados, obriga-se, ainda, a CONTRATADA a:
- 13.2.2.1. Direcionar todos os recursos necessários, visando à obtenção do perfeito fornecimento/serviço do objeto contratual, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza ao CONTRATANTE:
- 13.2.2. Prestar o serviço/fornecimento em conformidade com as disposições do Termo de Referência e de acordo com a proposta apresentada;
- 13.2.3. Prestar o serviço/fornecimento de acordo com os aspectos qualitativos e quantitativos consoantes a legislação pertinente, mantendo durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste procedimento licitatório, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 13.2.4. Providenciar a imediata correção dos defeitos apontados pela contratante quanto aos produtos fornecidos, o objeto da contratação, em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes do fornecimento, no prazo assinalado pelo Município;
- 13.2.5. Na hipótese de descumprimento da obrigação no prazo assinalado, fica facultado ao CONTRATANTE requerer que ela seja executada à custa do detentor do contrato, descontando-se o valor correspondente dos pagamentos devidos ao detentor da ata:
- 13.2.6. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;
- 13.2.7. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do contrato;
- 13.2.8. Cumprir todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, incluindo seguro contra riscos de acidentes do trabalho, com relação ao pessoal designado para a realização do fornecimento, que não terão com o CONTRATANTE qualquer vínculo empregatício:
- 13.2.9. Apresentar durante a execução do contrato, caso seja solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, com relação às obrigações assumidas, em especial, com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- 13.2.10. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluida, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 13.2.11. Indenizar terceiros e/ou o Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização por parte deste, pelos danos ou prejuízos a que der causa, por dolo ou culpa, assegurados a ampla defesa e o contraditório, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 13.2.12. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante, bem como às disposições legais em vigor;
- 13.2.13. O prazo para prestar o serviço não poderá exceder a 02 (dois) dias úteis após a emissão de requisição da Secretaria Solicitante.
- 13.2.14. A contratada será responsável pelo descumprimento de suas obrigações contratuais nos casos de negligência de pessoal ou intervenção por de elementos não autorizados pela contratada, exceto por motivos resultantes de caso fortuito, definidos no art. 393, da Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
- 13.2.14. Assumir todos os possíveis danos físicos e materiais causados à Prefeitura ou a terceiros, advindo de impericia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços.
- 13.2.15. A Licitante vencedora, após assinatura do Termo Contratual, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que a Administração entender necessárias nas quantidades.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CASSIA

GABINETE DO PREFEITO CNPJ: 13.880.711/0001-40

avessa Professora Helena. 8/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

do objeto, na forma do § 1º do Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93. Fica estabelecido que a (*ONTRATANTE poderá realizar supressão superior a 25%, desde que por acordo entre as partes e mediante termo aditivo, que será devidamente assinado por ambas as partes, conforme inciso II, do §2º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2.16, Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 14.1.1 Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades;
- 14.1.2 Penalidade de multa, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada a sanção oficialmente, aplicada nos seguintes casos e proporções:
- 14.1.2.1 Em caso de execução irregular do objeto contratado ou descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente: 10% (dez por cento) do valor total do contrato:
- 14.1.2.2 Atraso injustificado no início da execução do objeto em relação ao prazo estipulado na cláusula sexta deste contrato e condições dispostas no Termo de Referência: 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, até o limite de 30 (trinta) dias, após os quais a multa aplicada será de 0.7% (sete décimos por cento) e a consequente rescisão contratual;
- 14.1.2.3 Atraso na regularização do serviço rejeitados, após o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de comunicação oficial, sujeitará à CONTRATADA multa de 01% (um por cento) do valor do serviço questionada, por dia de atraso.
- 14.1.3 Rescisão contratual;
- 14.1.4 Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo de até 2 (dois) anos; e
- 14.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após a licitante ressarcir a Administração por eventuais prejuízos causados e, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
- 14.1.5.1 Para aplicação da penalidade de inidoneidade o prazo de defesa prévia do interessado será de 10 (dez) dias da abertura de vista;
- 14.1.6. Para aplicação das demais penalidades, o prazo de defesa prévia do interessado será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato;
- 14.1.7 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, e não terá caráter compensatório, sendo que a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;
- 14.1.8 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia apresentada pela CONTRATADA, quando exigida, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida a garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.
- 14.1.9. As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor da integralidade da avença.
- 14.1.10. Nos casos de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA e motivos injustificados, cabe a aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, além de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente de rescisão unilateral e demais sanções previstas em lei.
- 14.1.11. Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública, a reincidência na prática do ato e as justificativas

Ju Muzy



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CASSIA GABINETE DO PREFEITO

CNPJ: 13.880.711/0001-40

avessa Professora Helena. S/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

apresentadas pela CONTRATADA, sendo que, se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA EFICÁCIA

15.1 O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial da Entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

16.1. O presente instrumento que obriga as partes por si e por seus sucessores não poderá ser objeto de cessão ou transferência a terceiros, sob pena de caracterizar justa causa para rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR OU OMISSOS

17.1. Tal como prescrito na lei, o CONTRATANTE e o CONTRATADO não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Fica eleito o Foro de Santa Rita de Cássia para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

18.2 E assim por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, tendo um só efeito legal, na presença de 02 (duas) testemunhas que, após lido, o subscrevem.

Santa Rita de Cássia/BA, 09 de agosto de 2022

JOSÉ BENEDITÓ ROCHA ARAGÃO Prefeito Municipal de Santa Rita de Cássia/BA

CONTRATANTE

TERRACONSTRU EIRELLI

Diego José Ribas Moreno

CPNJ sob o nº 03.501.524/0001-54

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

2°

CPF:057.693.705 &









ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CASSIA GABINETE DO PREFEITO CNPJ: 13.880.711/0001-40

Travessa Professore Helena, s/n, Centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.150-000.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 125/2022 - PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2022

EXTRATO DE CONTRATOS

Contrato nº 226/2022 - Contratames: O MUNICIPIO DE SANTA RITA DE CÁSSIA e a Empresa: TERRACONSTRU EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNI sob o nº03.501.524/0001-54; Objeto: A contratação de Empresa especializada na locação de veículos e pesados a screan utilizados para atender as demandas das diversas secretarias deste Municipio; Visior do contrato: R\$ 1.187.000,00 (am milhão cento e otienta e sete reais) lote 03; Vigência: de 09/08/2022 até 31/12/2022; Pontes de recursos. Fonte: 0 - Recursos Ordinários; Fonte: 2- Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Saúde 15%; Fonte: 14- Transferências de Recursos do Sistema Unico de Saúde SUS; Fonte: 28- Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS; Fonte: 29- Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS; Fonte: 19- Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de Educação Básica - 40%); Fonte: 1- Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Educação; Fonte: 42- Royalties/Fundo Especial do Petróleo/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais; Fonte: 16 - Contribuição de Intervenção do Dominio Econômico - CIDE; Data do Contrato: 09/08/2022; Assinam: José Benedito Roclas Aragão pelo municipio e Diego José Ribas Moreno.

Senta Rita de Cássia-BA, 09 de agosto de 2022.

JOSÉ BENEDITO ROCHA ARAGÃO
Prefeito



77 3021.1021

terraconstruitda@gmail.com æ

À Prefeitura Municipal de Santa Rita de Cássia

Ofício: Aditivo

Nosso contrato nº 1510/2021, Processo Administrativo 0125/2022, Pregão Presencial nº 020/2022, objeto estará findando em 30/12/2022.

A empresa TERRACONSTRU EIRELI, CNPJ 03.501.524/0001-54 vem através deste manifestar seu interesse em prorrogar o contrato referido nas mesmas condições contratuais.

Barreiras-BA, 19 de dezembro de 2022.

Terraconstru EIRELI

CNPJ: 03.501.524/0001-54

Diego Jose Ribas Moreno - Sócio/ADM.

CPF: 015.849.775-90



COTAÇÃO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA Comissão Permanente de Julgamento e Licitações

Item	Descrição	Und.	Qtd.	Valor unit/mês.	Valor total/més.
01	Pipa com capacidade 10.000lts conjunto Motor bomba, 10mts de mangueira, diâmentro 1"172 com recolhimento manual, veículo em perfeito estado, com motorista e manutenção por conta da contratada. E combustível por conta da contratante.	und		RS 16.000,00	R\$ 64.000,00
02	Pipa com capacidade 15.000lts conjunto Motorbomba, 10mts de mangueira, diâmentro 1"1/2 com recolhimento manual, veículo em perfeito estado, com motorista e manutenção por conta da contratada. E combustível porconta da contratante.	and and	4	R\$ 17.000,00	R\$ 68.000, 00
- 1	Caçamba Toco basculante capacidade de 6m³. Em bom estado de conservação eperfeitas condições				
03	de uso. Com motorista e manutenção por conta da contratada. E combustível por conta da contratante.	und	4	R\$ 18.800,00	R\$ 75.200,00
04	Caçamba Truck basculante capacidade de 12m³. Em bom estado de conservação e perfeitas condições de uso. Com motorista e manutenção por conta da contratada. E combustível por conta da contratante.	200 4	2	R\$ 16.700,00	R\$ 33,400,00
	Valor total por mês: R\$ 240.600,00 (duzen				
	Valor total pra 05 mcscs: R\$1.203.000,0) (um :	milhão	duzentos e três mi	<u>l)</u>

São Desidério, 20 de Dezembro de 2022.

MARINALDO ALVES Assinado de forma digital por BARRETO:95874712 534

MARINALDO ALVES BARRETO:95874712534 Dados: 2022.12.20 09:03:20 -03'00'

MAB PRODUÇÕES DE EVENTOS E SERVIÇOS LTDA

CNPJ: 22.123.818/0001-34

Marinaldo Alves Barreto – Sócio Proprietário RG: 833576968/ CPF nº 958.747.125-34

Rua Salvino Soares, nº 30 - Centro CEP: 47.820 000 - São Desidério - Bahla (77) 99978-8565 mabproducao@hotmail.com



A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA

ORCAMENTO

Item	Descido	Und.	Otd.	Valor mensal	Total geral
01	Pipa com capacidade 10.000lts conjunto Motor bomba, 10mts de mangueira, diâmentro 1"1/2 com recolhimento manual, veículo em perfeito estado, com motorista e manutenção por conta da contratada. E combustível por conta dacontratante.	und	4	R\$ 16.250,00	R\$ 65.000,00
02	Pipa com capacidade 15.000lts conjunto Motorbomba, 10mts de mangueira, diâmentro 1"1/2 com recolhimento manual, veículo em perfeito estado, com motorista e manutenção por conta da contratada. E combustível por conta da contratante.	und	4	R\$ 17.400,00	R\$ 69.200,00
03	Caçamba Toco basculante capacidade de 6m³. Em bom estado de conservação eperfeitas condições de uso. Com motorista e manutenção por conta da contratada. E combustível por conta da contratante.	unđ	4	R\$ 19.100,00	R\$ 76.400,00
04	Caçamba Truck basculante capacidade de 12m³. Em bom estado de conservação e perfeitas condições de uso. Com motoristae manutenção por conta da contratada. E combustível por conta da contratante.	und	2	R\$ 17.000,00	R\$ 34.000,00

- Valor total mensal: R\$ 244,600,00 (duzentos e quarenta e quatro mil e seiscentos reais)
- · Valor total por 05 meses: RSL223.000.00 (um milhão duzentos e viate três mil)

Barreiras-BA, 19 de dezembro de 2022.

GN LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA EIRELI

CNPJ: 21.438.561/0001-47

GABRIEL EVERLYM CARDOSO DOS SANTOS

CPF: 024.693.035-75 SOCIO-ADMINISTRATIVO



CNPJ: 13.880.711/0001-40

Travessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

Santa Rita de Cássia – BA, 20 de dezembro de 2022.

De: JOSÉ BENEDITO ROCHA ARAGÃO Prefeito municipal

Para: EDUARDO RODRIGO RIBEIRO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 125/2022— PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2022— CONTRATO Nº. 226/2022 — TERRACONSTRU EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 03.501.524/0001-54. A contratação de Empresa especializada na locação de veículos e pesados a serem utilizados para atender as demandas das diversas secretarias deste Município. - RORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E REPOSIÇÃO DO SALDO.

Senhor Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

Conforme solicitado e justificado pelo Sr. ANTÔNIO AUGUSTO ARAGÃO JÚNIOR Secretário Municipal de Administração, justificativas estas que entendo, concordo e aceito, objetivando a prorrogação do prazo de vigência do contrato acima, solicito-lhe adotar seguintes providências:

- a) Analisar possibilidade de formalização de Aditivo, para amparar a reposição de saldo e prorrogação solicitada, no valor R\$ 1.187.000,00 (um milhão cento e oitenta e sete reais) lote 03 e prorrogar o contrato de 31 de dezembro 2022 para 31 de maio de 2023.
- b) Encaminhar todo o Processo para apreciação da Assessoria Jurídica, com retorno ao Gabinete do Prefeito, para Despacho;

Atenciosamente,

JOSÉ BENEDITO ROCHA ARAGÃO Prefeito Municipal

Página 1 de 1



CNPJ: 13.880.711/0001-40

Travessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

Santa Rita de Cássia-BA, 20 de dezembro 2022.

De: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Para: ASSESSORIA JURÍDICO

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 125/2022— PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2022— CONTRATO Nº. 226/2022 — TERRACONSTRU EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 03.501.524/0001-54. A contratação de Empresa especializada na locação de veículos e pesados a serem utilizados para atender as demandas das diversas secretarias deste Município. - RORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E REPOSIÇÃO DO SALDO.

Senhor Advogado,

De ordem e conforme previsto no artigo 38, inciso VI, da Lei Federal nº.8666 de 21 de junho de 1993, encaminhamos o presente Processo, que tem por objetivo a prorrogação de vigência e recomposição do saldo do contrato da empresa – TERRACONSTRU EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 03.501.524/0001-54

Considerando que

- a) As diversas secretarias continuam necessitando dos serviços prestados pela empresa citada acima;
- b) Considerando que o serviço é de suma importância a serem prestados as Secretarias deste Município em suas atividades, fortalecerão a imagem do Órgão perante a sociedade e Instituição.
- c) considerando que a Lei 8.666/93 admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses em que consta no artigo 57.

"Art.57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, excetos quanto aos relativos:

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)."

d) os preços contratados serão mantidos, sem qualquer reajuste;



CNPJ: 13.880.711/0001-40

Travessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

- e) o contratado, atendendo nossa solicitação, se manifestou favoravelmente à prorrogação da vigência do contrato, nas mesmas condições contratuais, inclusive quanto aos preços;
- f) o contratado vem cumprindo plenamente com o objeto contratado, atendendo satisfatoriamente as demandas para as quais foi contratado;

Somos favoráveis à sua prorrogação, de 31 de dezembro 2022 para 31 de maio de 2023, correspondentes ao mesmo período do contrato nº 226/2022, conforme previsto no artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93, nas mesmas condições contratuais, inclusive quanto aos preços.

objetivando recompor o saldo no valor de R\$ 1.187.000,00 (um milhão cento e oitenta e sete reais) lote 03 e prorrogar o contrato de 31 de dezembro 2022 para 31 de maio de 2023.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDUARDO RODRIGO RIBEIRO

Pregidente

a sa ta ta ca

PEDRO FGOR SILVA LIMA

Membro

GILVAN CARVALHO DE MELO

Membro



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.501.524/0001-54 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			DATA DE ABERTURA 11/11/1999
NOME EMPRESARIAL TERRACONSTRU LTDA				
Trulo do Estabelecimiento LH CONSTRUTORA	(NOME UE FANTASIA)			PORTE EPP
	IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL náquinas e equipamentos para c	onstrução sem operad	or, exceto and	laimes
2.13-8-80 - Obras de uri 3.13-4-00 - Obras de ter 7.11-0-00 - Locação de	de rodovias e ferrovias banização - ruas, praças e calçad traplenagem automóveis sem condutor outros meios de transporte não d UREZA JURIDICA		nente, sem co	ondutor
OGRADIOURO NY ANTONIO CARLOS N	MAGALHAES		OMPLÉMENTO SALA 202	
	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO		UF
EP 17.802-147	JARDIM OURO BRANCO	BARREIRAS		BA
	JARDIM OURO BRANCO			BA
7.802-147 NDEREÇO ELETRÔNICO	JARDIM OURO BRANCO BGMAIL.COM	BARREIRAS		BA
7.802-147 NDEREÇO ELETRÓNICO ERRACONSTRULTDA@ NTE PEDERATIVO RESPONSÁ	JARDIM OURO BRANCO BGMAIL.COM	BARREIRAS		TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
7.802-147 NDEREÇO ELETRÓNICO ERRACONSTRULTDA© NTE FEDERATIVO RESPONSÁ	JARDIM OURO BRANCO DGMAIL.COM VEL (EFR)	BARREIRAS		TA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 13/12/2022 às 10:05:11 (data e hora de Brasilia).

Página: 1/1



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: TERRACONSTRU EIRELI CNPJ: 03.501.524/0001-54

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- 1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 -Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
- não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rrfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:07:08 do dia 21/09/2022 <hora e data de Brasília>. Válida até 20/03/2023.

Código de controle da certidão: 4D8D.80CE.4CA8.0AF3
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.501.524/0001-54 Razão Social:TERRACONSTRU EIRELI

Endereco: /

AV ANTONIO CARLOS MAGALHAES 670 SALA 202 / JARDIM OURO

BRANCO / BARREIRAS / BA / 47802-147

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/11/2022 a 23/12/2022

Certificação Número: 2022112401465362542530

Informação obtida em 03/12/2022 17:48:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TERRACONSTRU EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.501.524/0001-54 Certidão nº: 32588268/2022

Expedição: 29/09/2022, às 10:21:26

Validade: 28/03/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **TERRACONSTRU EIRELI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° 03.501.524/0001-54, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITOS DE NEGATIVA

Nº 008431/2022

Nome/Razão Social:	TERRACONSTRU EIRE	LI	
Nome Fantasia:	LH CONSTRUTORA		
Inscrição Municipal:	3702	CPF/CNPJ: 03.501.	524/0001-54
Endereço:	AV ANTONIO CARLOS	MAGALHAES, 670	SALA 202 JARDIM OURO BRANCO
	BARREIRAS - BA - CEI	P: 47802-147	
TRIBUTÁRIO NACIO EXPEDIDA DE ACC CONTRIBUINTE ACI	ONAL, ESTE DOCUMENT ORDO COM O ART. 20 IMA IDENTIFICADO SOM IICIPAL DE COBRAR (O TEM OS MESMOS I OS DO REFERIDO CÓI IENTE DÉBITOS PARO	E 25 DE OUTUBRO DE 1966, DO CÓDIGO EFEITOS DA CERTIDÃO NEGATIVA DIGO, POR EXISTIREM EM NOME DO CELADOS, RESSALVANDO O DIREITO DS QUE VIEREM A SER APURADOS
Data de Emissão: 21/	/11/2022		
Validade: 30 (TRINT	TA DIAS ********	********	*********
Esta certidão abrange	e somente o contribuinte a	acima identificado.	
Observações:			
	· ·	the state of the s	*************************************
***	~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~~		**************************************

Código de controle da	a certidão: 66600082071 2	2	
Frage GRANK! IN			

Atenção: Qualquer rasura tornará o presente documento nulo.

Emissão: 03/12/2022 17:45

Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: 20226798101

RAZÃO SOCIAL					
TERRACONSTRU EIRELI					
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ				
051.998,936 - BAIXADO	03.501.524/0001-54				

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 03/12/2022, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO http://www.sefaz.ba.gov.br

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA – BAHIA GABINETE DO PREFEITO CNPJ Nº 13.880.711/0001-40

PARECER JURÍDICO – PROCESSO ADMINISTRATIVO № 125/2022- CONTRATO № 226/2022PREGÃO PRESENCIAL №020/2022 – ADITIVO DE PRAZO – POSSIBILIDADE E LEGALIDADE

EMENTA: Possibilidade e regularidade da celebração de alteração contratual através de aditivo, com alteração relativa à ampliação de vigência contratual, desde que dentro do prazo de vigência do contrato e nos termos da alínea "b", do inciso II, do art. 65 e do inciso II, do §1º do artigo 57, ambos da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93.

1 - INTRODUÇÃO

Esta Consultoria Jurídica recebe solicitação de parecer conclusivo a respeito das questões que envolvem a Pregão Presencial nº 020/2022, CONTRATO nº 226/2022, PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 125/2022, no que tange à alteração contratual mediante prorrogação de prazo mediante a aditivação com ampliação da vigência contratual, à luz das normas jurídicas aplicáveis à espécie, o que passo a laborar adiante.

2 – RELATÓRIO

Do que se extrai da análise acurada da situação em foco, o objetivo da solicitação de parecer é aferir a plausibilidade da alteração contratual por via de aditivo no âmbito do contrato citado e do certame acima epigrafado, considerada a necessidade de ampliação do prazo de vigência do contrato, relatada na solicitação/justificativa do aditivo e documentos encartados ao procedimento oriundos da Secretaria Municipal de Administração, não havendo no pedido solicitação de aditivação de valor, estando a pretensão fundada no disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 conforme pontuado no aditivo.

Para exame da espécie, procedemos à interpretação da legislação aplicável ao caso, assim como analisamos detalhadamente os autos do procedimento licitatório, o contrato e a documentação complementar vinda às nossas mãos em especial o pedido de aditivo, ressaltando-se que não há aditivos de valor constantes dos autos segundo o apurado, não se tendo promovido aditivação de qualquer valor anteriormente. É o relatório.

3 - PARECER

Travessa Professora Helena, s/n, Centro - Santa Rita de Cássia - Bahia, CEP: 47.150-000,



* 1



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA -- BAHIA GABINETE DO PREFEITO CNPJ Nº 13.880.711/0001-40

A questão que se apresenta para análise é sobre a legalidade e admissibilidade da celebração de aditamento ao contrato com ampliação da vigência de prazo de execução do contrato conforme se vê do processo administrativo e da licitação acima mencionada e, nesse particular, não há dúvida quanto ao cabimento da pretensão de celebração de aditamento no caso, à luz do disposto no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, se verificando o evidente apego à lei, pois, resta claro no processo administrativo, se tratar de típico caso de alteração bilateral decorrente da necessidade das partes e em especial da Administração Pública, de ampliação da vigência do contrato com extensão do prazo de execução, bem como se contempla espécie onde é necessário tal ampliação do prazo para atender a pretensão de ajustar o contrato, o que se constata da documentação que integra o feito, a demonstrar, portanto, o cumprimento das exigências legais que autorizam a alteração, ficando patenteada, assim, a viabilidade da mesma que se verifica absolutamente possível a nível legal.

Senão, vejamos.

A Lei nº 8.666/93 assegura a plausibilidade do ajuste contratual pretendido na hipótese no seu artigo 57, inciso II,

ao dispor que:

"Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...)

II – a prestação de serviços a serem executados de forma continua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vista a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

(...)."

Resta claro do processo administrativo que há interesse da contratada e da contratante na prorrogação do prazo, para fins de continuidade na prestação dos referidos serviços, configurando-se (a prorrogação) como medida mais vantajosa ecomicamente à administração, o que se encontra devidamente justificado.

Devemos observar ainda que a contratada se releva manter-se idônea para a contratação com a Administração Pública, vez que mantem suas certidões negativas em dias. Desta forma, conclui-se que pela razão apresentada é viável e justificável a prorrogação da vigência do

Travessa Professora Helena, s/n, Centro - Santa Rita de Cássia - Bahja, CEP: 47.150-000.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CÁSSIA – BAHIA GABINETE DO PREFEITO

CNPJ Nº 13.880.711/0001-40

***** ~ *

contrato supracitado. A continuidade na execução do objeto, já contratado, minimizaria custos e tempo, vez que não trata o caso de acréscimo de valores, mas tão somente de prorrogação de prazos, sendo mais dispendioso realizar nova licitação, evitando reajustes de valores que poderiam gerar novos custos a Administração Pública, que certamente estariam (os custos) sujeitos aos reajustes decorrentes da inflação e outros fatores externos, ainda mais diante da situação pandêmica que vivemos nos últimos anos.

Assim, não contraria a lei ou o interesse público o ajuste de aditamento que promova alteração contratual no caso presente, prorrogando o prazo, dentro das circunstâncias postas tanto no disposto §1º, inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93 de 21.06.93, circunstâncias que, pelo contrário, se impõem em nome do interesse público.

Orienta-se, ainda, que a finalização do processo de aditivação/prorrogação se dê pela publicação do instrumento na forma do Parágrafo Único, do art. 60, da Lei 8666/93, a fim de que se revista de eficácia.

4 – CONCLUSÃO

Dessa forma, à luz do Direito aplicável à espécie e considerando notadamente as razões legais e de interesse público já amplamente deduzidas neste parecer, entende e opina esta Consultoria Jurídica do Município, salvo melhor juízo, favoravelmente e pela possibilidade de alteração contratual por via de aditivo na hipótese tratada (PREGÃO PRESENCIAL nº 020/2022—Contrato nº 226/2022—PA nº 125/2022), para fazer constar ampliação do prazo de vigência do contrato, alterando a sua execução e o regime jurídico da prestação, tudo mediante ato motivado da autoridade administrativa nos precisos termos da lei e de conformidade com a fundamentação supra, estando possibilitada a celebração de aditivo . S.M.J. É o parecer.

Santa Rita de Cássia (BA), 20 de dezembro de 2022.

ÓAB/BA 38.208



CNPJ: 13.880.711/0001-40

Travessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 125/2022— PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2022— CONTRATO Nº. 226/2022 — TERRACONSTRU EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 03.501.524/0001-54. A contratação de Empresa especializada na locação de veículos e pesados a serem utilizados para atender as demandas das diversas secretarias deste Município. - RORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E REPOSIÇÃO DO SALDO.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Conforme solicitado e justificado pelo Sr. Antônio Augusto Aragão Júnior, Secretário de Administração deste Município, justificativas que aceito e concordo, objetivando a prorrogação do Contrato nº 226/2022, da empresa TERRACONSTRU EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 03.501.524/0001-54, tendo em vista que a atuação da empresa é de suma importância, uma vez que os serviços têm sido prestados com eficiência, segundo a Comissão de Licitação e a Assessoria Jurídica deste Município, autorizo a prorrogação pleiteada, que deverá ocorrer nas seguintes condições:

- a) Favorecido: TERRACONSTRU EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 03.501.524/0001-54, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Av. Antônio Carlos Magalhaes nº. 670, Bairro Jardim Ouro Branco, na cidade de Barreiras BA.
- b) Objeto: Prorrogação de prazo de vigência contratual de 31 de dezembro 2022 para 31 de maio de 2023, a fim de continuar a contratação de Empresa especializada na locação de veículos e pesados a serem utilizados para atender as demandas das diversas secretarias deste Município.
- c) Formalização: Aditivo de Retificação e Ratificação ao Contrato nº 226/2022, prorrogando a vigência contratual para 31 de maio de 2023, com reposição de saldo no valor total de R\$ 1.187.000,00 (um milhão cento e oitenta e sete reais) lote 03, permanecendo inalteradas as demais condições do referido Contrato, cabendo à Secretaria de Administração o acompanhamento dos serviços ora prorrogados, trazendo ao Gabinete do Prefeito eventuais óbices.

Santa Rita de Cássia, 20 de dezembro de 2022.

JOSÉ BENEDITO ROCHA ARAGÃO Prefeito Municipal



CNPJ: 13.880.711/0001-40

Travessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-BA CEP: 47.15000.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 125/2022- PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2022

ADITIVO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato nº. 226/2022

Aditivo nº. 01

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CÁSSIA, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 13.880.711/0001-40, sediado na Travessa Professora Helena, s/nº. CEP 47150-000, em Santa Rita de Cássia-BA, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito Municipal, o Sr. José Benedito Rocha Aragão, brasileiro, casado, odontólogo, portador da Identidade Profissional nº. 2652-CRO-BA, CPF 207.067.153-49, e de outro lado, como Contratado TERRACONSTRU EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº 03.501.524/0001-54, estabelecida na Av. Antônio Carlos Magalhães, nº. 670, Bairro Jardim Ouro, na cidade de Barreiras - BA, neste ato representada pelo Sr. Diego José Ribas Moreno, , portador da Cédula de Identidade 934098425 SSP/BA e CPF nº 015.849.775-90, formalizaram o Contrato em 09 de agosto2022, tendo como objeto contratação de empresa especializada para prestação de serviços de criação, roteirização, produção, captação das imagens e locação de outras máquinas e equipamentos comerciais, nos termos do Pregão de Presencial nº. 020/2022, originado do Processo Administrativo nº. 125/2022, conforme justificativas constantes no presente Processo, tem justo e acordado, neste ato, alterar o presente Contrato conforme adiante se declara:

Cláusula Primeira – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONTRATO – Conforme justificativas constantes no presente Processo, o Município de Santa Rita de Cássia-BA e o contratado tem, justo e acordado, neste ato, prorrogar a vigência do presente Contrato, Prorrogar a vigência contratual de 31 de dezembro de 2022. A permissão legal está prevista no inciso II do Artigo 57 da Lei Federal nº 8666/93, que se transcreve a seguir:

Art.57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, excetos quantos aos relativos:

(...)

II – à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Cláusula Segunda – REPOSIÇÃO DO SALDO no valor de R\$ 1.187.000,00 (um milhão cento e oitenta e sete reais) lote 03, conforme consta no contrato nº 226/2022.

Assim sendo, o Município de Santa Rita de Cássia-BA e o Contratado, declarando não haver interesse em alterar nenhuma outra Cláusula do presente Contrato, assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, juntamente com as testemunhas que também o assinam, depois de lido e achado conforme, que se juntará ao Contrato, formando um todo único, indivisível e inseparável para



CNPJ: 13.880.711/0001-40

Travessa Professora Helena, s/n centro de Santa Rita de Cássia-BA CEP: 47.15000.

todos os efeitos legais, retificando o Contrato nos termos aqui expressamente alterados e ratificando os demais termos do Contrato não expressamente alterados neste instrumento.

Santa Rita de Cássia-BA, 20 de dezembro de 2022.

MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CÁSSIA José Benedito Rocha Aragão

> TERRACONSTRU EIRELI Diego José Ribas Moreno. CNPJ 03.501.524/0001-54 CONTRATADA

Testemunhas:

1)

Nome lands Petista Transa ente

CPE 27243464

CPF 001 3+2. 525-58

Identidade Identidade





TERMO ADITIVO



ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DE CASSIA **GABINETE DO PREFEITO**

CNPJ: 13.880.711/0001-40

essa Professora Helena, s/n Centro de Santa Rita de Cássia-Ba CEP: 47.15000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 125/2022 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2022

EXTRATO DE ADITIVO

Contrato nº. 226/2022 - Contratantes: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DE CÁSSIA(BA) e TERRACONSTRU EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob o nº03.501.524/0001-54; Objeto do Contrato: Contratação de Empresa especializada na locação de veiculos e pesados a serem utilizados para atender as demandas das diversas secretarias deste Municipio; Valor total: R\$ 1.187.000,00 (um milhão cento e oitenta e sete reais) lote 03; Vigência do Contrato: de 09/08/2022 até 31/12/2022; Fonte de Recursos: Fonte: 0 - Recursos Ordinários; Fonte: 2- Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Saúde 15%; Fonte: 14- Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde SUS; Fonte: 28- Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS; Fonte: 29- Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social FNAS; Fonte: 19- Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de Educação Básica - 40%); Fonte: 1- Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Educação 25%; Fonte: 4- Contribuição ao Programa Ensino Fundamental Salário Educação; Fonte: 42- Royalties/Fundo Especial do Petróleo/Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais; Fonte: 16 - Contribuição de Intervenção do Dominio Econômico - CIDE; Data do Contrato: 09 de agosto de 2022; Assinam: José Benedito Rocha Aragão pelo Município e Diego José Ribas Moreno pelo Contratado - EXTRATO DO ADITIVO Nº 01 - Repor o saldo e Prorrogar a vigência contratual de 31 de dezembro de 2022 para 31 de maio de 2023; Data do Aditivo: 20 de dezembro de 2022; Assinam: José Benedito Rocha Aragão, pelo Município e Diego José Ribas Moreno pelo Contratado.

Santa Rita de Cássia(BA), 20 de dezembro de 2022.

José Benedito Rocha Aragão Prefeito Municipal